



CENTRO STUDI SEA

ISSN 2240-7596

aipsa edizioni spa

AMMENTU

**Bollettino Storico e Archivistico del
Mediterraneo e delle Americhe**

N. 7

luglio - dicembre 2015

www.centrostudisea.it/ammentu

www.aipsa.com

Direzione

Martino CONTU (direttore), Giampaolo ATZEI, Annamaria BALDUSSI, Manuela GARAU, Patrizia MANDUCHI

Comitato di redazione

Lucia CAPUZZI, Raúl CHEDA, Maria Grazia CUGUSI, Lorenzo DI BIASE, Maria Luisa GENTILESCHI, Antoni MARIMÓN RIUTORT, Francesca MAZZUZI, Roberta MURRONI, Carlo PILLAI, Domenico RIPA, Maria Elena SEU, Maria Angel SEGOVIA MARTI, Frank THEMA, Dante TURCATTI, Maria Eugenia VENERI, Antoni VIVES REUS, Franca ZANDA

Comitato scientifico

Nunziatella ALESSANDRINI, Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores (Portugal); Pasquale AMATO, Università di Messina - Università per stranieri "Dante Alighieri" di Reggio Calabria (Italia); Juan Andrés BRESCIANI, Universidad de la República (Uruguay); Carolina CABEZAS CÁCERES, Museo Virtual de la Mujer (Chile); Margarita CARRIQUIRY, Universidad Católica del Uruguay (Uruguay); Giuseppe DONEDDU, Università di Sassari (Italia); Luciano GALLINARI, Istituto di Storia dell'Europa Mediterranea del CNR (Italia); Elda GONZÁLEZ MARTÍNEZ, Consejo Superior de Investigaciones Científicas (España); Antoine-Marie GRAZIANI, Università di Corsica Pasquale Paoli - Institut Universitaire de France, Paris (France); Rosa Maria GRILLO, Università di Salerno (Italia); Souadi LAGDAF, Struttura Didattica Speciale di Lingue e Letterature Straniere, Ragusa, Università di Catania (Italia); Victor MALLIA MILANES, University of Malta (Malta); Roberto MORESCO, Società Ligure di Storia Patria di Genova (Italia); Carolina MUÑOZ-GUZMÁN, Universidad Católica de Chile (Chile); Fabrizio PANZERA, Archivio di Stato di Bellinzona (Svizzera); Roberto PORRÀ, Soprintendenza Archivistica per la Sardegna (Italia); Sebastià SERRA BUSQUETS, Universidad de las Islas Baleares (España)

Comitato di lettura

La Direzione di AMMENTU sottopone a valutazione (referee), in forma anonima, tutti i contributi ricevuti per la pubblicazione.

Responsabile del sito

Stefano ORRÙ

AMMENTU - Bollettino Storico e Archivistico del Mediterraneo e delle Americhe

Periodico semestrale pubblicato dal Centro Studi SEA di Villacidro e dalla Casa Editrice Aipsa di Cagliari.

Registrazione presso il Tribunale di Cagliari n° 16 del 14 settembre 2011.

ISSN 2240-7596 [online]

c/o Centro Studi SEA
Via Su Coddu de Is Abis, 35
09039 Villacidro (VS) [ITALY]
SITO WEB: www.centrostudisea.it

c/o Aipsa edizioni s.r.l.
Via dei Colombi 31
09126 Cagliari [ITALY]
E-MAIL: aipsa@tiscali.it
SITO WEB: www.aipsa.com

E-MAIL DELLA RIVISTA: ammentu@centrostudisea.it

Sommario

Presentazione	1
Presentation	3
Présentation	5
Presentación	7
Apresentação	9
Presentació	11
Presentada	13
DOSSIER	
Comunidades estrangeiras em Lisboa (séculos XV-XVIII)	15
sob orientação de Nunziatella Alessandrini, Jürgen Pohle	
– NUNZIATELLA ALESSANDRINI, JÜRGEN POHLE Introdução	17
– JÜRGEN POHLE «Os primeiros alemães a procurar a Índia»: Maximiliano I, Conrad Peutinger e a alta finança alemã estabelecida em Lisboa	19
– NUNZIATELLA ALESSANDRINI, SUSANA MATEUS Italianos e cristãos-novos entre Lisboa e o império português em finais do século XVI: vínculos e parcerias comerciais	29
– JORGE FONSECA Impressores e livreiros europeus na Lisboa dos séculos XVI e XVII	49
– RUI MENDES Comunidade flamenga e holandesa em Lisboa (séculos XV a XVIII): algumas notas históricas e patrimoniais	57
– MAR GARCÍA ARENA La situación de los comerciantes españoles en Lisboa desde la perspectiva de los diplomáticos de la monarquía hispánica destinados en Portugal en el Setecientos	91
– LUÍSA VILLARINHO PEREIRA Ourives franceses, lapidários e engastadores de pedraria na Lisboa do século XVIII - seu contributo na arte e na evolução das mentalidades	104
– CARLA VIEIRA Mercadores ingleses em Lisboa e Judeus portugueses em Londres: agentes, redes e trocas mercantis na primeira metade do século XVIII	114
– TERESA FONSECA A comunidade britânica de Lisboa no terceiro quartel de setecentos	133
– CARMINE CASSINO «Pela Nação Italiana, residente em Lisboa»: relações luso-italianas e elementos de italianidade na capital (segunda metade do século XVIII)	144
Ringraziamenti	163

«Pela Nação Italiana, residente em Lisboa»: relações luso-italianas e elementos de italianidade na capital (segunda metade do século XVIII)

«For the Nation, resident in Lisbon». Luso-italian relations and Italians elements in the capital (Second half of the XVIII century)

Carmine CASSINO*
Universidade de Lisboa

Abstract

The Luso-Italian relationships in the XVIII century show a strong polyvalence. For this reason, one can analyze them from different perspectives. This is possible mainly because of the specificity of that century, a period of high transformation of the socio-economic context. The mobility characterizing European economy and society from that moment also affects the modifications of the causes and the connotations of Italian emigration in Portugal. This phenomenon takes a set of elements of *italianità* in the country and mainly in the capital in three big areas: culture (arts and sciences), trade and religion. These elements are present in Lisbon in the second half of the eighteenth century, in the framework of general reconfiguration of the Luso-Italian relations, both political and cultural.

Concretely, there is a European projection of the Portuguese culture. This happened through two different dynamics. On the one hand, one could recognize the State's 'occupation' of the public thinking, having as a practical application the implementation of politics of cultural organization, aiming to moderate the clerical hegemony in the academic field. On the other hand, this dynamics are also a consequence of the interests of intellectuals and politicians for the important scientific and philosophical Italian culture of the eighteenth century.

Keywords

Eighteenth Century, Emigration, Lisbon, Italians abroad, Luso-italian relationships

Resumo

As relações luso-italianas no século XVIII manifestam-se em toda a sua polivalência. Por esta razão, podem ser analisadas a partir de diferentes pontos de observação. Isto torna-se possível devido sobretudo à particularidade daquela centúria, que se apresenta como um período de profunda transformação do contexto social e económico. A este respeito, evidencia-se como a mobilidade que caracteriza a economia e a sociedade europeias a partir deste período inclui também a mudança de causas e conotações socioeconómicas da emigração italiana em Portugal. Este fenómeno traz consigo todo um conjunto dos elementos de italianidade no país, e nomeadamente na sua capital, que dizem respeito a três grandes áreas: cultura (artes e ciências), comércio e religião, presentes em Lisboa na segunda metade de Setecentos, no quadro de reconstrução geral das relações luso-italianas (políticas e culturais) da altura.

Contextualmente, toma lugar uma projecção europeia da cultura portuguesa, realizada dum lado através de uma dinâmica de estatização do pensamento público que tem como aplicação prática a realização de uma política de organização cultural que visa subtrair a hegemonia no mundo académico ao clero. Do outro, tal dinâmica parte mesmo do interesse do mundo intelectual e político português pela relevante cultura filosófica e científica setecentista italiana.

Palavras chave

Século XVIII, Emigração, Lisboa, Italianos no estrangeiro, relações luso-italianas

* Centro de História da Universidade de Lisboa.

1. Quadro introdutório

O século XVIII é, fundamentalmente, um período de profunda transformação socioeconómica se o compararmos com toda a fase de organização social e produção económica antecedente¹. Esta perfila-se como o período em que teve lugar, segundo a definição do historiador Emmanuel Le Roy Ladurie, numa perspectiva de longa duração, a “história imóvel”, após a identificação dos caracteres globais de estagnação ao longo dos quatro séculos precedentes (1320-1720)². A mobilidade que caracteriza a economia e a sociedade europeias a partir deste período inclui também a mudança de causas e conotações socioeconómicas da emigração italiana em Portugal. De facto, supera-se substancialmente a época de “importação” de homens detentores de capitais e dos seus agentes (grupo no qual se podem incluir as categorias de banqueiros e homens de negócios)³, que tinham facilitado a implantação tanto na capital como no território nacional continental de prósperas colónias (ou “nações”) de mercadores italianos com os seus armazéns. Consequentemente, a centúria de setecentos revela-se como uma fase de afirmação de uma emigração mais ligada ao mundo da cultura: belas-artes, ciências e intelectualidades em geral (embora a vertente das profissões ligadas ao comércio e às finanças não desapareça totalmente⁴, voltando a surgir com papel de relevo nas primeiras décadas do século XIX). O processo migratório aumenta o seu fluxo, composto a partir de agora por figuras muito variadas e não ligadas de forma exclusiva ao âmbito comercial e financeiro. Trata-se, neste sentido, de um processo que começa a enquadrar os italianos em todas as camadas da economia social, com funções diversificadas: isto é, os próprios emigrantes estão muito mais sujeitos às dinâmicas e às flutuações da economia e da sociedade. Há quem enriqueça e quem empobreça, tornando-se neste caso elemento endémico do chamado “povo miúdo”. Contudo, a cultura institui-se como veículo que avoluma e diferencia a presença italiana no país: este fenómeno define-se de forma clara sob o reinado de D. João V, soberano particularmente devoto à cultura humanística procedente da Península Itálica.

Contextualmente, e como a historiografia tem amplamente demonstrado, a abertura de Portugal às directrizes do iluminismo europeu em meados do século - simbolizada pela parábola governativa de Sebastião José de Carvalho e Melo - realiza-se através de uma dinâmica de estatização do pensamento público que tem como aplicação prática a realização de uma política de organização cultural que visa subtrair a hegemonia no mundo académico ao clero. Este é um sector que, no contexto dos Estados do absolutismo mediterrânico e contra-reformista, monopolizava a organização do ensino através das ordens religiosas, sobretudo da jesuítica. A política

¹ Cf. FURIO DIAZ, *Dal movimento dei lumi al movimento dei popoli. L'Europa tra illuminismo e rivoluzione*, Il Mulino, Bologna 1986, pp. 41-57.

² Para uma leitura específica sobre este tema, veja-se EMMANUEL LE ROY LADURIE, *Les paysans de Languedoc*, Flammarion, Paris 1969; Id., *L'histoire immobile*, in «Annales. Économies, Sociétés, Civilisations», 29^e année, n° 23, 1974, pp. 673-692.

³ Para uma história da evolução dos termos e sua adopção social para a distinção de diferentes categorias socioprofissionais, veja-se: JORGE MIGUEL DE MELO VIANA PEDREIRA, *Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822). Diferenciação, Reprodução e identificação de um grupo social*, dissertação de doutoramento em Sociologia, Universidade Nova de Lisboa-FCSH, 1995, pp. 62-80. Contudo, já Nuno Luís Madureira tinha evidenciado uma certa dificuldade em discernir e categorizar as figuras e profissões fora da análise sociológica, em particular referência à distinção entre a qualidade de negociante e de mercador, de retalhista e de grossista, que define «profundamente ambígua» (NUNO LUÍS MADUREIRA, *Cidade: espaço e quotidianidade [Lisboa 1740-1830]*, Livros Horizonte, Lisboa 1992, p. 128).

⁴ PEDREIRA, *Diferenciação, Reprodução*, cit., pp. 190-195.

de “internacionalização” do corpo docente, que a partir da fundação do Colégio dos Nobres (1761) passa pela contratação de distintos cientistas europeus, em particular italianos, tem como objectivo atrair para Portugal mentes portadoras de um conhecimento solidamente assente na hermenêutica científica: eis o efeito teórico das políticas “esclarecidas” do Marquês de Pombal.

A par desta convocatória de professores estrangeiros e de outras medidas que favoreciam, em geral, a vinda de homens ligados às ciências puras, à música e às artes (no âmbito académico outros italianos chegarão com a reforma dos estudos superiores de 1772), há também uma “vocação” da viagem a Portugal: naqueles anos, a passagem pelo país de um número considerável de estrangeiros apresenta múltiplas causas, concentradas na grande curiosidade despertada antes de mais pela realidade política e histórica - o terramoto de 1755 assume aqui papel de relevo. O viajante estrangeiro - e, nomeadamente, o italiano - é induzido à estadia também pela vontade de encarar a realidade pombalina (procurada, como óbvio, na cidade capital) e possivelmente medir-se com ela, imaginando ou entrevendo nas suas mecânicas a prova provada de uma governabilidade moderna e autónoma.

O objectivo da presente contribuição é oferecer um conjunto dos elementos de italianidade que dizem respeito a três grandes áreas: cultura (artes e ciências), comércio e religião, presentes em Lisboa na segunda metade de setecentos, no quadro de reconstrução geral das relações luso-italianas (políticas e culturais) da altura. Dentro deste propósito, será também importante analisar rapidamente as memórias e as impressões acerca do país que os intelectuais/viajantes deixaram sob forma escrita (em publicações coevas ou póstumas). Isto porque os textos deixados por estes escritores constituem os mais importantes testemunhos de Portugal daqueles anos elaborados no molde do memorialismo de cultura italiana (embora não de língua, sendo alguns escritos em francês ou inglês).

2. Um século de olhares italianos sobre Portugal

Partimos exactamente das memórias de viagem deixadas por intelectuais italianos que se dirigiram em Portugal, em meados da centúria. Como era o país de então? E a sua capital? O que viam dois italianos em Portugal? Quais as razões desta visita?

Tomamos como exemplos os escritos de dois letrados provenientes do norte da península: o piemontês Giuseppe Baretti⁵ e o lombardo Giuseppe Gorani. Os seus escritos adquirem relevância porque constroem uma primeira narrativa sobre o tema da decadência, que se prolongará nos relatos dos viajantes e exilados liberais dos anos vinte do século XIX⁶. É na base desta ideia que se torna imprescindível evocá-los num estudo de “perspectiva italiana” sobre o século XVIII português, embora já outros estudiosos tenham falado sobre os seus trabalhos. Aliás, ao longo dos anos estes textos receberam uma considerável atenção do mundo cultural português, tendo alguns sido republicados até à época presente, devido à profunda e estruturada análise de diversos aspectos da vida do país (que nem sempre a intelectualidade autóctone tem aceite e discutido): este aspecto confirma a

⁵ Para uma detalhada biografia deste intelectual piemontês (1719-1789), veja-se: MARIO FUBINI, *BARETTI, Giuseppe*, em *Dizionario Biografico degli Italiani*, vol. VI, Istituto dell'Enciclopedia Italiana, Roma 1964, pp. 327-335. Também se assinala o perfil biográfico presente em PIEDADE B. SANTOS, TERESA RODRIGUES, MARGARIDA NOGUEIRA, *Lisboa setecentista vista por estrangeiros*, Livros Horizonte, Lisboa 1992, pp. 93-94.

⁶ A este respeito, veja-se o estudo de GRÉGOIRE BRON, *Révolution et nation entre le Portugal et l'Italie: les relations politiques luso-italiennes des lumières à l'Internationale libérale de 1830*, III tomes, Paris-Lisboa, [s.n.], 2013. Thèse de doctorat, École Pratique des Hautes Études - ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa; nomeadamente, o tomo I.

importância destas memórias, que na dureza da crítica da realidade observada ultrapassam amiúde as que foram deixadas, por exemplo, pelos exilados da primeira metade de oitocentos.

As viagens destes intelectuais realizam-se nos anos sessenta do século XVIII. O primeiro a chegar é Baretti, cuja estadia na margem atlântica - sublinhando o que acabamos de referir - foi já abundantemente analisada por estudiosos quer portugueses quer estrangeiros⁷. Este desenvolvimento intelectual piemontês atraca na barra de Lisboa em meados de Setembro de 1760, na companhia de Edward Southwell, descendente de uma rica família britânica, com quem viaja rumo à Itália após vários anos passados em Inglaterra. As suas “cartas” sobre o país ficaram famosas assim que foram publicadas por terem provocado veementes protestos do embaixador português junto da Corte de Viena (à qual pertencia, então, a cidade de Milão, onde Baretti publicou uma primeira parte das ditas cartas, em 1762), o conde Ambrósio Freire de Andrade, devido às descrições e apreciações muito pouco lisonjeiras da sociedade lusitana e de seus bens materiais e imateriais. Por isso, após esporádicas publicações de partes da obra, o texto completo demorará algum tempo a ser publicado em primeira edição, vindo esta a ser impressa em Londres, em 1770, escrita em língua inglesa e com título reformulado⁸.

A experiência portuguesa de Baretti, bem como a do grande nome do pré-romantismo italiano, Vittorio Alfieri (que porém não deixa grande memória da sua passagem nesta terra)⁹ fica bem representado através das palavras da estudiosa italiana Francesca Di Giuseppe, que definiu as narrações de viagem sobre Portugal como o relato de uma experiência a meio-caminho entre o *Grand Tour* aristocrático (que tinha como meta de eleição a Península Itálica) e a sucessiva epopeia da emigração política do século XIX. Porém, apesar da existência de similitudes morais e ideológicas com os homens que deixaram a península devido às primeiras vicissitudes do *Risorgimento* (contestação do poder vigente, afastamento público como travessia pela liberdade), não é possível estabelecer nenhum paralelismo entre as duas experiências: as incursões dos viajantes setecentistas são fundamentalmente viagens

⁷ Algumas referências: a primeira tradução em português, por Alberto Telles, em JOSÉ BARETTI, *Cartas familiares (XV a XXXVIII)*, Typ. Barata&Sanches, Lisboa 1896; as reflexões a partir da edição crítica de Mario Meneghini, republicada (1ª ed. 1897) com organização de B. T. Sozzi em GIUSEPPE BARETTI, *Scritti*, Sansoni, Firenze 1963; a edição crítica (tradução, prefação e notas) de Maria Eugênia de Montalvão Freitas Ponce de Leão, em GIUSEPPE BARETTI, *Cartas de Portugal*, sep. da «Revista da Universidade de Coimbra», vol. XXI, 1970; GIULIA LANCIANI, *O Portugal de Baretti*, em «Estudos Italianos em Portugal», n.º 43-44, 1980-81, pp. 139-158; RUI VIEIRA NERY, *Música e dança na sociedade pombalina - As cartas de Giuseppe Baretti*, em «Adágio», n.º 21-22, 1998-99, pp. 24-39. Mais recentemente, assinalam-se as análises de JORGE MARTINS RIBEIRO, *Viajantes italianos em Portugal nos séculos XVIII e XIX*, em FRANCISCO TOPA, RITA MARNOTO (sob orientação de), *Nel mezzo del cammin. Actas da jornadas de estudos italianos em honra de Giuseppe Mea*, Sombra pela Cintura, Porto 2009, pp. 293-313; STEFANO PIFFERI, *Il Portogallo attraverso le lettere familiari e il Journey di Giuseppe Baretti*, Sette Città, Viterbo 2010; FRANCESCA DI GIUSEPPE, *Portogallo, Italia e questione iberica (1821-1869)*, tese de doutoramento em ciências históricas, arqueológicas e histórico-artísticas (XXII ciclo), defendida na Università degli Studi di Napoli “Federico II”, ano académico de 2010 (orient.: prof. Renata De Lorenzo), pp. 156-164.

⁸ GIUSEPPE BARETTI, *A journey from London to Genoa, through England, Portugal, Spain and France*, printed for T. Daves...and L. Davis, London 1770. Uma boa organização em língua italiana das cartas de Baretti é publicada, postumamente, vários anos a seguir: *Lettere familiari di Giuseppe Baretti, a' suoi fratelli Filippo, Giovanni e Amedeo coll'addizione delle lettere Istruttive e della vita dell'autore compilata da Camillo Ugoni*, per Giovanni Silvestri, Milano 1836.

⁹ Cf. [VITTORIO ALFIERI], *Vita di Vittorio Alfieri da Asti scritta da esso*, tomo I, [s.n.], Italia 1809, pp. 208-212.

de prazer, animadas pelo gosto do conhecimento, fora do constrangimento típico do exílio e sem qualquer objectivo político¹⁰.

As memórias de Baretti são particularmente interessantes porque nelas se revela a repetida intenção de compreender a crise da sociedade portuguesa partindo do exame minucioso e depreciativo de um determinado elemento social: a plebe lisboeta, que, por causa de algumas vicissitudes ocorridas ao persistente observador piemontês, torna-se uma verdadeira obsessão. No fundo, a questão da decadência é afirmada através da miserável condição do povo e da compreensivelmente escassa produção literária portuguesa:

Mas, tenha ou não razão em concluir que a plebe portuguesa é a pior da Europa, como cidadão do mundo e como membro da grande sociedade chamada género humano, lastimarei muito se a experiência, nesta minha breve estadia aqui, me vier a convencer que é pouca a diferença entre o populacho e o não populacho em Portugal, como muitos pretendem fazer-me acreditar¹¹.

A superioridade reside na sensibilidade clássica, bem como na recuperação dos grandes textos da antiguidade, tema que suscita interesse tendo em conta que Baretti é um dos grandes críticos das manifestações intelectuais ligadas a movimentos como o da Arcádia, que naquele anos se enraizava também em Portugal como resposta tardia a uma época próspera como a barroca (veja-se o parágrafo 3). A antecipação da afirmação da cultura do neoclassicismo europeu (com efeitos talvez mais evidentes no resto do continente, mas que no país se vinculariam rapidamente a meios de difusão como o teatro)¹² torna-se também como uma manifestação de uma sensação de liberdade, que - entre várias coisas - custará a vida a um dos seus fundadores, António Correia Garção, falecido após ter sido preso por ordem de Carvalho e Melo (que também de início tinha impulsionado o desenvolvimento do movimento)¹³. Ao mesmo tempo, é evidente a crítica avançada contra as temáticas desenvolvidas por Jean-Jaques Rousseau, que, no mesmo ano em que Baretti dava à estampa a primeira e parcial versão das suas cartas (1762) publicava (em Amsterdão) *Emílio*. Baretti opõe-se à filosofia natural da educação, representada por «sabichões modernos», que «zombam principalmente de quem faz os miolos em

¹⁰ Cf. DI GIUSEPPE, *Portogallo*, cit., pp. 157-158; 164; ALESSANDRO GALANTE GARRONE, *L'emigrazione politica italiana del Risorgimento*, em «Rassegna Storica del Risorgimento», vol. XLI, fasc. I-III, 1954, pp. 223-224. Na opinião deste autor, é só com a eclosão da revolução francesa que se torna preeminente a questão da transformação política da Península Itálica; isto é, gera-se então a longa epopeia da emigração política. Todo o conjunto de figuras que fugiram durante o século XVIII pode ser considerado como herança de uma tradição secular de saídas por razões políticas e religiosas, embora estruturalmente diferentes das do exílio político do *Risorgimento*.

¹¹ GIUSEPPE BARETTI, *Cartas de Portugal*, traduzidas, prefaciadas e anotadas por Maria Eugénia de Montalvão Freitas Ponce de Leão, sep. de «Revista da Universidade de Coimbra», vol. XXI, 1970, pp. 89-90.

¹² A difusão em Portugal da obra de um autor como Pietro Metastasio, ícone do neoclassicismo europeu, está ligada à própria figura do Marques de Pombal, que se encontraria na sua missão diplomática em Viena, pela altura em que o comediógrafo italiano se torna o principal poeta de corte do imperador Carlos VI, tornando a capital austríaca no centro de irradiação da cultura neoclássica para o resto do continente (cf. GRAÇA ALMEIDA RODRIGUES, *Anticonformismo na primeira metade do século XVIII*, em MARIA HELENA CARVALHO DOS SANTOS [sob organização de], *Pombal revistado. Comunicações ao Colóquio Internacional organizado pela Comissão das Comemorações do 2º Centenário da Morte do Marquês de Pombal*, 2 vols., vol. I, Editorial Estampa, Lisboa 1984, pp. 282-285; como afirma esta autora, o teatro lírico metastasiano «será um favorável aliado de uma imagem viva, a ser oferecida, do poder real»).

¹³ Cf. LUÍS FRANCISCO REBELLO, «O Marquês de Pombal e o teatro», em DOS SANTOS (sob organização de), *Pombal revistado*, cit., vol. II, p. 100.

água com os antigos escritores gregos e latinos, que foram, são e serão sempre as mais límpidas fontes do saber humano e os mais poderosos antídotos contra a ignorância, e contra a inospitalidade e barbárie»¹⁴. Na crítica ao sistema de ensino, particularmente ao das universidades há-de ler-se também a crítica à expulsão dos jesuítas (1759), guardiães daquela cultura clássica e do sistema de ensino que agora faltavam, encaminhando os portugueses para um estado primitivo (faz-se também uma crítica à falta de uma universidade em Lisboa, que foi substituída pelas escolas das Necessidades)¹⁵. Pode assim avançar-se com o argumento final: «Ingleses, Franceses e Italianos são todos unânimes em dizer que cá se não estuda nada de importante e que a maior parte deste povo só aprecia genealogias, capas, mulheres, mandriice e ver gente que se desbarrete diante deles»¹⁶. Como é sabido, a reforma ainda estava por vir, e chegará alguns anos mais tarde. Contudo, e como vimos, a sua atitude detractiva incomodou a opinião pública portuguesa, e isso ficou a dever-se provavelmente à justificação que encontramos numa carta sem data, onde o autor procura desculpar-se perante as classes altas, entendidas como lugar das boas pessoas, que também existem, mas sem renunciar a «dizer bem de muitíssimos indivíduos portugueses não da plebe»¹⁷. Afinal, o seu arrependimento não lhe valeu qualquer clemência portuguesa: quando fazia tenção de passar por Portugal, em 1766, como etapa intermédia na viagem de regresso (Génova-Lisboa-Falmouth) é-lhe recusada a carta de visto pelo cônsul português na cidade ligure, um tal Nicola Piaggio, considerado um informador do Conde de Oeiras na península¹⁸.

Embora com impressões pessoais e avaliações finais próximas das de Baretti sobre a situação do país, a experiência lusitana do aristocrata milanês Giuseppe Gorani¹⁹, arrojado e ambicioso jovem a quem «nada lhe parecia digno de si», porque «o que desejava era um trono» (segundo uma sarcástica descrição de 1911)²⁰ é diferente. O italiano chega a Portugal com 25 anos, após prolongados périplos em todo o continente. Provido de boas referências, consegue entrar no círculo de Carvalho e Melo, que por sua parte começa a utilizá-lo como um brinquedo nas suas mãos; em

¹⁴ BARETTI, *Cartas*, cit., p. 90.

¹⁵ RIBEIRO, *Viajantes italianos*, cit., p. 300.

¹⁶ BARETTI, *Cartas*, cit., p. 118.

¹⁷ «Mas no caso de vir a imprimir esta minha viagem, rogo desde já ao leitor que note que, se em algumas destas minhas cartas trocei a maltratei a parte mais abjecta da plebe de Portugal, também me não esqueci de dizer bem de muitos indivíduos portugueses não da plebe. Já não falo na minha descrição do terramoto em que pinteí, creio eu, com nobreza e vivacidade de cores, a alma boa e compadecida de um monarca que muito brilhantemente se mostrou condoído e bondoso naquele angustiado transe. Já não falo de que, quando descrevi a cerimónia patriarcal, notei a extrema e exemplar piedade da Rainha e a comparei com a de um filósofo [...] Se o tempo e as circunstâncias me tivessem permitido olhar face a face os ministros, os nobres e as outras pessoas mais importantes do reino lusitano, estou certo de que uma vez por outra teria o ensejo de elevar o estilo, pintar a prudência e a justiça dos ministros, as virtudes e qualidades magnânimas dos nobres e dessas pessoas notáveis. Tanto pelo que vi como pelo que ouvi dizer, a gente nobre e educada em toda a moderna Europa é geralmente muito uniforme e semelhante» (Ivi, p. 153; referido também em RIBEIRO, *Viajantes italianos*, cit., p. 298).

¹⁸Cf. ROBERTO BARCHIESI, *Italia e Portogallo nel Settecento*, sep. de *Atti del quarto Congresso dell'Associazione Internazionale per gli studi di lingua e letteratura italiana, Maganza e Colonia, 28 aprile-1º maggio 1962*, Franz Steiner Verlag GMBH, Wiesbaden 1965, p. 96, em referência à carta de Baretti em 7 de Junho de 1766, conteúda em *Epistolario*, organização de L. Piccioni, vol. I, Laterza, Bari 1936, pp. 331-332.

¹⁹ Para o perfil biográfico, veja-se SANTOS, RODRIGUES, NOGUEIRA, *Lisboa setecentista*, cit., p. 94.

²⁰ [PEDRO FERNANDES TOMÁS], *O Conde Gorani em Portugal (1764)*, Imprensa Lusitana, Figueira 1910, p. 9.

troca, Gorani recebe cargos e graduações militares, que nunca o satisfarão²¹. Abandona o país encoberto numa mentira (a suposta morte do pai): a sua partida é uma fuga da decadência, sobre a qual escreve páginas pouco lisonjeiras, em que regista a estadia em Portugal; e tal como acontecera com os escritos de Baretti (embora muitos anos mais tarde), os de Gorani provocam a indignação dos portugueses: em finais de oitocentos, Pinheiro Chagas não terá dúvidas em apelidar de “imbecil” a memória lusitana do “aventureiro” italiano²².

As suas primeiras horas em Lisboa já nos apresentam uma questão que desenvolveremos ao longo da nossa análise: a presença italiana no reino e, nomeadamente, na capital. Esta presença acompanhava a notável influência cultural daqueles anos e o extremo interesse pelas coisas italianas entre as classes mais abastadas²³. De facto, a hospedaria onde encontra o primeiro abrigo, dita das “Santas Almas do Purgatório” (situada perto do antigo palácio da Inquisição, no Rossio), pertencia a um genovês que integrava a numerosa comunidade lígure nesta cidade. Segundo o curador das edições portuguesas, Castelo Branco Chaves, a chegada de Gorani a Portugal não seria ditada pelo acaso ou pela necessidade de procurar oportunidades, mas sim pelo desempenho do papel de espião ao serviço de alguma potência estrangeira, que ele, porém, não identifica²⁴. Para além de explicitar a razão específica que o conduz a Lisboa, as páginas de Gorani constituem uma excepcional descrição quer da cidade (numa aceção social e urbanística), quer da estrutura de poder pombalina, que o força a uma obediência mais cerrada. Nas páginas que escreve revela-se uma profunda crítica à sociedade portuguesa (é aqui que surge a questão da decadência), definida sem hesitação como «cloaca da perversidade»²⁵. A este respeito Gorani avança com uma interessante teoria sobre o poder em Portugal, concebida segundo uma ideia de círculos concêntricos, em que a eficácia e intensidade da autoridade pombalina abrandam à medida que se distancia do centro, que é a capital. Isto torna-se evidente aquando da sua reflexão sobre a detestável opressão exercida pelo Conde de Oeiras particularmente (e especialmente) sobre o ambiente urbano de Lisboa, uma evidência de maldade que se torna progressivamente menos perceptível nos ambientes mais afastados da cidade. Com efeito, durante a sua viagem ao Porto encontra um ambiente mais

²¹ É nomeado Ajudante-geral do regimento de Lippe, muito prestigiado porque se tratava do primeiro regimento do exército, em serviço junto do rei e da família real. Mas ele desejava outro enquadramento da sua pessoa: almejava elevadas posições na diplomacia.

²² Cf. PINHEIRO CHAGAS, *Migalhas de história portuguesa*, Lello & Irmão - Editores, Porto 1984 (1893), pp. 151-158. «Quando se lêem estas coisas, sente-se um profundo desalento. Não há meio de se conseguir que os estrangeiros nos estudem a sério. A maledicência de qualquer aventureiro basta para anular os nossos grandes homens, para ridicularizar a nossa civilização, para transformar a sociedade portuguesa numa sociedade excepcionalmente inepta, cujos costumes são do domínio exclusivo da musa burlesca de Offenbach» (p. 158).

²³ Gorani fornece um testemunho da difusão da cultura italiana na cidade nos tempos do pombalismo quando fala do seu conhecimento - e paixão - com a filha de um rico judeu convertido, que vai encontrar em sua casa: «logo na primeira visita a deliciosa criatura não se fez rogada para tocar piano-forte e deixar de ouvir a sua celeste voz. Nunca, na minha vida, ouvi pronunciar tão bem o italiano. Cantou algumas árias de Metastásio tão bem como o faria a primeira cantora do Grande Teatro de Nápoles. Sabia italiano como se tivesse nascido em Itália e, além disso, era grande conhecedora de todos os poetas italianos, dos poetas espanhóis e de Camões» (GIUSEPPE GORANI, *Portugal. A corte e o país nos anos de 1765 a 1767*, Círculo de Leitores, Lisboa 1992, p. 106).

²⁴ Cf. CASTELO BRANCO CHAVES, *Introdução*, em GORANI, *Portugal. A corte*, cit., pp. 11-20.

²⁵ *Ivi*, p. 101.

sossegado, amigável e afável; diz ele, é porque «no Porto era-se menos escravo e, portanto, melhor se revelava o carácter nacional»²⁶.

Nas suas memórias encontramos a imagem de uma cidade, Lisboa, cujo imaginário colectivo e cuja vertente de sociabilidade caracteriza ao longo de um período que vai muito além da época do pombalismo: é a cidade onde está a surgir e se afirma o interesse pelo teatro italiano, ou lírico; como dissemos, uma presença imponente²⁷ na cultura e na sociedade, que se prolongará por decénios e que estará presente em todas as memórias dos seus visitantes, nomeadamente dos italianos, pelo menos até metade do século seguinte. Considere-se que em 1742, «tutti i musici della Patriarcale erano italiani; ugualmente lo sono gli architetti che costruiscono i teatri e preparano le scenografie»²⁸.

No país que Gorani deixa em meados dos anos sessenta, a “indústria” do espectáculo encontra-se em fase de crescimento e os italianos contribuem para esse desenvolvimento: actores, libretistas, cantores, cenógrafos enchem as principais cidades do país e protegem a difusão de um género que com facilidade adquire a função muito próxima ao conceito de *panem et circensis*: ou seja, de entretenimento do público numa fase histórica em que a aparente imobilidade social - sobre a qual se alicerça o absolutismo lusitano - impõe igualmente formas que sejam válvulas de controlo da pressão social. Sobretudo, o teatro é o lugar de sociabilidade predilecto dos visitantes estrangeiros, nesta altura e, mas tarde, no caso dos exilados do século XIX.

3. A “italianização” do século XVIII português. Relações e correspondências políticas e culturais

O século XVIII é, para Lisboa e para Portugal inteiro - um século de considerável “italianização” da sua super estrutura cultural, devido ao acolhimento de tendências artísticas e filosóficas de origem peninsular. Ao mesmo tempo, podemos afirmar que este século é também altura de diferenciação da presença italiana na micro economia, onde o comércio a retalho gerido por italianos se difunde de maneira particular. Esta tendência perfila-se contextualmente à afirmação de profissões e mesteres ligados às artes e ao então “mundo do espectáculo”. Novas figuras e profissões assentam praça em maneira particular na capital, importando e

²⁶ Ivi, p. 180.

²⁷ Não podendo nesta sede aprofundar a temática, sobre a qual já muito se escreveu, utilizamos a síntese de Giuseppe Carlo Rossi, útil também a perceber a dimensão desta presença «vertiginosa e ardentíssima de atmosfera italiana em todos os aspectos e a todos os níveis» da cidade de Lisboa e da sociedade portuguesa: «[...] a história da presença italiana no mundo teatral português do século XVIII pode bem ser repartida, portanto, em vários e diversíssimos capítulos: o dos poetas - ou autores de versos - que escreveram - ou dos quais se deduziram - os libretos para as obras representadas em Portugal [...] dos músicos que desenvolveram actividade em Portugal, frequentemente compondo óperas expressamente para o público português [...] dos artistas de canto [...] dos balerinos (desde Sabatini a Colonna); o dos arquitectos (entre todos, Fortunato Lodi, a quem se deve o Teatro Nacional de D. Maria em Lisboa); o dos cenógrafos, dos empresários, e continuando até ao dos pintores e decoradores, dos estucadores e dos fornecedores de indumentária teatral» (*A literatura italiana e as literaturas de língua portuguesa*, Livraria Telos, Porto 1973, pp. 116-117). Por seu lado, Graça Almeida Rodrigues (fazendo referência ao trabalho de Emilio Lavagnino) salienta como «chusmas de músicos e de artistas plásticos desembarcam em Portugal e são agregados ao grande espectáculo da ópera»; circunstância que «incorpora Portugal àquela vasta unidade cultural que seria a Europa do tempo, olhada como uma vasta colónia italiana, por virtude da força expansionista do melodrama; na linguagem dos seus poetas, na execução dos seus cantores, na presença dos seus maestros» (RODRIGUES, *Anticonformismo*, cit., pp. 282-283).

²⁸ Cf. BARCHIESI, *Italia e Portogallo*, cit., p. 94.

sedimentando escolas e estilos, mas também plasmando uma cultura e identidade comum. Desta maneira, contribuem para definir a evolução do próprio conceito de “nação”, no sentido em que será utilizado até o século XIX: ou seja, passar-se-á da ideia de grupo de comerciantes estrangeiros, «comunidades estrangeiras, especialmente de comerciantes que vivem e gozam dos privilégios da cidade onde vivem»²⁹, à ideia de comunidade que partilha elementos culturais comuns e como tal é publicamente identificada, mantendo e aliás reforçando - no caso da “nação italiana” - os seus polos de atracção e conglomeração, que no caso de Lisboa encontram uma síntese perfeita na simbologia religiosa e, mais precisamente, na quinhentista paróquia do Loreto.

Antes de tudo, porém, é necessário esclarecer o que entendemos com a palavra “italianização”: tem ela uma validade científica? Ou, pelo menos, revela um critério de aderência à realidade?

Por exemplo, José Sasportes utiliza esta definição para intitular vários capítulos das suas obras dedicadas à história da dança em Portugal, levantando a pregnância do tema e alargando a sua eficácia a vários sectores das actividades humanas que terão considerável desenvolvimento no século XVIII português. Afirma este autor:

Em Portugal, a italianização percorreu uma estrada livre, com o acesso facilitado pela relação preferencial de Lisboa com a corte de Viena, activo centro italianizante. Como se sabe, a italianização atingiu não só a música e a dança, mas também a literatura, a arquitectura, a pintura, a escultura, o teatro. E como encontrou para si todo o espaço, instalou-se imperturbável até para além do fim do século, sem sentir as diferentes ameaças críticas à sua hegemonia³⁰.

A ligação entre as cortes de Lisboa e de Viena é representada, no período a que nós referimos, por D. Maria Ana Josefa, arquiduquesa de Áustria e rainha de Portugal; mas o papel de grande introdutor da cultura italiana no país cabe com certeza ao marido dela, Dom João V, capaz de aproveitar de maneira aprofundada todas as sugestões que, neste sentido, vinham do efervescente ambiente aristocrático da cidade danubiana (onde prestava seus prestigiados serviços o poeta e dramaturgo romano Pietro Metastasio). As políticas culturais joaninas da primeira metade do século são em grande parte inspiradas pela notável (e já mencionada) sedução exercida sobre o rei pelo mundo cultural italiano; ênfase que o levará a exercer práticas de mecenatismo generoso em Roma.

De facto, muito profundas e procuradas eram as ligações entre a corte joanina e Roma: o próprio rei português torna-se membro (com o nome de “Arete Metello”) do conjunto cultural conhecido como Academia da Arcádia, expressão dum movimento cultural ligado aos conceitos de simplicidade e de classicismo em vários campos das actividades humanas, principalmente o literário, e que dinamiza a cultura italiana num sentido anti-barroco³¹. O papel do Rei e a viabilização em Portugal desta cultura abrem o caminho à chegada de literatos e artistas ao país (pense-se, por exemplo, no arquitecto romano António Canevari, autor entre muitas coisas da torre - dita “da

²⁹ ERIC J. HOBBSAWM, *A questão do nacionalismo. Nações e nacionalismo desde 1780*, 2ª ed., Terramar, Lisboa 2001, p. 21.

³⁰ JOSÉ SASPORTES, *Trajectória da dança teatral em Portugal*, Biblioteca Breve, vol. XXVII, Instituto de Cultura Portuguesa, [Lisboa] 1979, p. 33.

³¹ Sobre o movimento da Arcádia portuguesa pode-se fazer referência a três obras, duas de análise geral, outra de leitura específica: THEOPHILO BRAGA, *História da literatura portuguesa. A Arcádia Lusitana*, Lello&Irmão, Porto 1899; GIUSEPPE CARLO ROSSI, *L’Arcadia e il romanticismo in Portogallo*, LeMonnier, Firenze 1941; RITA MARNOTO, *Teoria dos géneros e prática literária na Arcádia Lusitana: o processo de contaminatio*, sep. de *Retórica, poética y géneros literários*, [s.n.], [Granada] 2004, pp. 599-626.

Cabra” - da Universidade de Coimbra); além da fundação da Arcádia Lusitana, vários anos mais tarde (1757), que verá a participação de eruditos italianos, tais como o abade Mariano Bergonzoli-Martelli, colaborador do núncio apostólico junto da corte de Dom José I, o cardeal Filippo Acciaiuoli. A Arcádia romana recebeu vários apoios financeiros da casa de Bragança, chegando esta a custear a construção da sede da academia (na quinta chamada de Bosco Parrasio, situada na área do Gianicolo, com um projecto de Canevari). O mecenatismo de Dom João V virá favorecer também as artes portuguesas: de facto, em 1720 apoia a fundação duma academia portuguesa de belas artes na cidade eterna, para que servisse à formação dos artistas lusitanos. Estes últimos, de volta ao país, determinam o influxo do estilo italiano no século XVIII artístico lusitano.

Mas a “italianização” de parte da cultura lusitana passa também por aquela fase de trânsito para o novo pensamento europeu. Com efeito, embora com contornos diferentes, em ambas as realidades assistimos ao processo que tem o seu ponto nodal nos países da Europa central: o desenvolvimento de um pensamento racionalista, iluminado, capaz de ir além das barreiras entre os povos e culturas, realizando uma síntese entre os valores das pessoas e das coisas. Este é um processo que se define particularmente ao longo de uma directriz: a das correspondências entre Portugal e o sul da Península Itálica, nomeadamente entre Lisboa e Nápoles. De facto, é na segunda parte do século que se reforça uma correspondência política e cultural. Talvez nunca antes na História os dois reinos tenham sido tão próximos nem a grande cultura filosófico-jurídica tenha sido tão bem acolhida em Portugal.

Também o próprio surgimento do novo sistema de ideias em cada um destes ambientes apresenta similitudes, desenvolvendo-se em dois momentos muito bem definidos. Numa primeira fase, é moderado pelas instituições políticas (as monarquias), em várias modalidades, dependentes da particularidade geopolítica em que esta mediação tem lugar (o despotismo esclarecido não teve enraizamento em todo o continente, e onde se manifestou exprimiu-se sob contornos dissemelhantes). Numa segunda fase, no final da centúria, a sobredita mediação entre velhas instituições e novas ideias desvanecese: rebenta a revolução, uma nova classe burguesa faz emergir o seu próprio lugar na organização e na liderança das sociedades. É ao longo destas duas linhas que se perfilam as correspondências entre as duas realidades numa altura histórica que é incubadora dos processos sociais, políticos e económicos que terão lugar na cena europeia - neste caso, em Portugal e Nápoles - na primeira metade do século XIX³². Estas directrizes acolhem interligações

³² No plano propriamente político-diplomático, o despotismo esclarecido é representado nos dois reinos pelo emparelhamento entre monarcas com novas visões e ministros com poderes alargados e atitudes anti-jesuítas: Dom José I e o Marquês de Pombal em Portugal, Carlos I de Bourbon (ou VII, segundo a investidura papal, nunca utilizada, desde 1759 III de Espanha) e Bernardo Tanucci no Reino de Nápoles. A curva da vida, quer privada quer política, dos sobreditos primeiros-ministros adquire semelhanças tais que as duas figuras se mostram especulares, tal como um determinado carácter especular é traçado nos tempos e nas dinâmicas que protagonizaram (cf. SARA PEREIRA, *Portugal e Nápoles no Tempo de Pombal: Actividade Diplomática*, Tese de Mestrado em História Moderna e Contemporânea defendida no ISCTE-IUL, Lisboa 2010, pp. 33-42). As fortunas de Bernardo Tanucci estão estritamente ligadas às de Carlos I de Bourbon: desde cedo é chamado a fazer parte do governo do novo reino autónomo do *Mezzogiorno* italiano, como conselheiro real e ministro da justiça. Neste contexto forma-se um renascimento a vários níveis - sobretudo intelectual - da cidade de Nápoles. A revitalização do pensamento público napolitano, que desencadeia o grande Setecentos peninsular, entrelaça-se no plano político com a cidade filha da influência racionalizadora de Tanucci, exercida à partida sob a alçada do soberano espanhol (em presença até 1759 e em regência até 1767, ano de investidura efectiva do príncipe real, que governou com o nome de Fernando IV). Da influência mais do que da obra, uma vez que o alegado desejo reformador do ministro napolitano (mas toscano de nascimento) terá uma aplicação prática moderada,

segundo duas modalidades diferentes, entre as quais prevalece a pertencente a um plano público-diplomático (sobretudo na primeira fase). Não faltam ligações vinculadas a vicissitudes individuais (segunda fase, pense-se no caso da revolucionária napolitana Eleonora Fonseca Pimentel, de família lusitana)³³, que caracterizam mais propriamente um plano cultural. E é mesmo um fértil ambiente cultural que se desenrola como pano de fundo para o enredo das relações luso-napolitanas em finais de Setecentos, que se perfilam como talvez a mais importante e interessante parte das relações luso-italianas nesta época.

Nápoles, «paraíso habitado por pobres diabos» (segundo uma célebre definição de origem medieval que teria sido usada e abusada até à contemporaneidade), é naquela altura uma capital europeia semelhante em dimensão a cidades como Londres, Paris, Viena. É também centro de intelectualidade e fermento cultural de primeiríssimo plano. Trata-se de uma realidade onde os raciocínios produzidos nos campos filosófico e jurídico são aderentes à complexa estrutura da sociedade e do poder que as vê surgir, numa dimensão que vai além de uma mera “predisposição utópica”: a produção intelectual de homens mais ou menos próximos da corte dos Bourbons transforma a cidade (com frágeis repercussões sobre as províncias, historicamente afectadas pela distância da capital) no berço de um verdadeiro pensamento europeu, capaz de aproximar uma região periférica do continente ao centro do desenvolvimento cultural e ideológico europeu, aos lugares do progresso intelectual e civil. Antes de mais, é o lugar onde se desenvolve o grande pensamento de Giambattista Vico; o qual, porém, será acolhido e estudado com algum atraso pelas demais culturas europeias, entre as quais a portuguesa, que só a partir dos anos Trinta de Oitocentos reformulará em diversificadas vertentes dialécticas as ideias do filósofo napolitano³⁴.

como já a historiografia evidenciou («sospettoso delle astrazioni dei filosofi francesi [...] troppo scettico per condividere l’ottimismo degli intellettuali circa gli effetti di trasformazioni radicali [...] questo ex professore toscano, misogino, zelante, ricco di esperienza, si dedicò tutto alle riforme giuridiche ed anticlericali, cioè ai problemi che meglio conosceva» (STUART J. WOOLF, *Le riforme e l’autorità: Illuminismo e dispotismo [1750-1790]*, em RUGGIERO ROMANO, CORRADO VIVANTI [sob orientação de], *Storia d’Italia*, vol. III - *Dal primo Settecento all’Unità*, Torino, Einaudi, 1973, pp. 84-85). Contudo, foram alcançados alguns sucessos políticos na senda dos seus propósitos de gestão do poder e da sociedade, e entre todos ressalta aquele levado a cabo no conjunto de uma colaboração diplomática lançada primariamente pelo Marquês de Pombal: a expulsão dos jesuítas do reino (1767), que a corte portuguesa já tinha realizado oito anos antes. A acção diplomática e política comum desenvolvida entre Nápoles e Portugal - e neste espaço hão-de considerar-se todas as potências católicas, mais ou menos preocupadas com o assunto - é vital para a aceleração do percurso que leva à supressão da ordem, realizada em 1773 por decisão do pontífice Clemente XIV. É confirmada, assim, a justeza da intuição pombalina da necessidade de transformar a questão de interna em internacional para garantir a aquisição e a conservação a nível continental deste difícil objectivo (cf. JORGE BORGES DE MACEDO, *História diplomática portuguesa. Constantes e linhas de força. Estudo de geopolítica*, [s.n.], Instituto Da Defesa Nacional [s.d.], pp. 282-290). A luta travada e ganha contra a Companhia de Jesus pode ser considerada o momento de máxima aproximação entre os dois governos, embora não sejam conhecidos contactos directos entre as duas figuras principais dos respectivos gabinetes (Cf. PEREIRA, *Portugal e Nápoles*, cit., pp. 34-35).

³³ Cf. VITTORIO DE CESARE, *Leonor e a memória histórica*, em TERESA SANTOS, SARA MARQUES PEREIRA, *Leonor da Fonseca Pimentel. A portuguesa de Nápoles (1752-1799)*, Actas do colóquio realizado no bicentenário da morte de Leonor da Fonseca Pimentel, Livros Horizonte, Lisboa 2001, pp. 19-25.

³⁴ Seria não só impossível mas até redutor nesta sede desenvolver uma síntese do interesse oitocentista pelo pensamento de Vico, expresso por autores como José Gama e Castro, Pedro Amorim Viana, Antero de Quental, Oliveira Martins ou Teófilo Braga. Remetemos, por isso, a dois estudos em língua italiana: GIUSEPPE CARLO ROSSI, *Cenni sulla presenza del Vico in Portogallo*, reprint from «Forum Italicum», vol. II, n° 4, Dezembro 1968, pp. 546-554; ANTÓNIO BRAZ TEIXEIRA, *Presenza e assenza di Vico nella filosofia luso-brasiliana*, in GIUSEPPE CACCIATORE, MAURIZIO MARTIRANO (sob orientação de), *Vico nelle culture iberiche e*

Maior fortuna terá o pensamento de António Genovesi³⁵, cujas ideias económicas, jurídicas e pedagógicas foram quase de imediato recebidas pelo mundo intelectual português. Em particular, os reflexos de uma das suas obras fundamentais, as *Lezioni di Commercio* (1765-67), são visíveis em Portugal já a partir dos anos Oitenta, uma recepção quase imediata pela capacidade de circulação das ideias naquela época. O seu pensamento económico, em que se tenta uma aproximação e síntese entre elementos teóricos mercantilistas e fisiocratas com vista à definição de uma determinada ideia de intervenção do Estado - como força positiva - na economia e na esfera pública em geral (particularmente, na instrução), opera certa influência sobre os pensadores portugueses do último quartel do século XVIII³⁶. Acrescentamos que, de alguma forma, os ensinamentos deste ilustre intelectual napolitano estão na base da fundação da própria Academia Real das Ciências de Lisboa (1779), sendo que um dos seus fundadores, o abade José Francisco Correa da Serra, recebera a primeira formação em Nápoles e mesmo em casa de Genovesi, na altura em que o seu pai se viu forçado a sair do país devido às perseguições da inquisição lusitana.

Mas a obra do abade napolitano foi também analisada dialéctica e criticamente pelos pensadores portugueses. Isso é particularmente evidente no pensamento de Luís António Verney, o mais destacado intelectual português de Setecentos, que passa grande parte da sua vida em Itália, onde recebe a formação fundamental. A sua cidade de eleição é Roma, onde, através dos estudos, se torna um grande admirador de Ludovico Muratori³⁷, tendo contextualmente a possibilidade de analisar a obra de Genovesi e de ganhar distância em relação à sua especulação filosófico-pedagógica. Com efeito, o autor do *Verdadeiro Método de Estudar* demonstra conhecê-la já em 1751, quando em Roma publica a obra *De Re Logica ad Usum Lusitanorum Adolescentium*, em que são ressaltados elementos de crítica à lógica de Genovesi (embora o autor português seja acusado de tê-la imitado)³⁸. O crescimento da sua incompreensão do sistema de poder português e seus homens na época pombalina, cessado numa total perda de consideração pela corte real, desenvolve-se em sintonia com a recepção da obra de Genovesi em Portugal, até esta se tornar elemento de referência no ensino disciplinar nascido na reforma pombalina da Universidade em 1772 (a primeira edição de uma obra de Genovesi dada à estampa em Portugal de

lusitane, Guida, Napoli 2004, pp. 143-184. Para um estudo em língua portuguesa sobre aspectos relevantes da obra do pensador napolitano, veja-se ANA CLÁUDIA SANTOS, *Poesia e ciência nova. O conhecimento segundo Giambattista Vico*, Campo da Comunicação, Lisboa 2009.

³⁵ Antonio Genovesi (1713-1769) é considerado um dos principais pensadores do iluminismo napolitano, juntamente com Gaetano Filangieri, o abade Ferdinando Galiani e Mario Pagano. Uma boa síntese da obra de Genovesi em língua portuguesa é representada pelo estudo de MARIA MANUELA ROCHA CRUZEIRO, *António Genovesi e o movimento iluminista no sul de Itália*, sep. de *Biblos*, LV, [s.d.], pp. 476-500. Para uma rápida mas significativa leitura sobre o pensamento reformista do abade napolitano, veja-se NICOLA BADALONI, *Modelli di razionalità e progetti di manipolazione sociale nell'età dell'illuminismo*, in RUGGIERO ROMANO E CORRADO VIVANTI (sob orientação de), *Storia d'Italia*, vol. III, *Dal primo Settecento all'Unità*, Einaudi, Torino 1973, pp. 828-837.

³⁶ Cf. FRANCISCO ANTÓNIO LOURENÇO VAZ, *A difusão das ideias económicas de António Genovesi em Portugal*, em «Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias», II série, vol. XI (1999), pp. 553-576.

³⁷ LUÍS CABRAL DE MONCADA, *Italia e Portogallo nel Settecento*, [Sociedade Industrial de Tipografia, Lisboa], [s.l.] 1949.

³⁸ «A *Lógica* de Verney, dissemos, imprimiu-se em 1751; ma que motivo levaria o Autor a publicar em Roma - na própria Itália de Genovesi - uma lógica escrita em latim, poucos anos depois daquela que o acusam de ter imitado? [...] Na realidade, é o próprio Verney que se refere à lógica do italiano e, se foi influenciado por ela, só a podia ter sido pela melhor obra do Genuense - no dizer do biógrafo Romagnosi - os *Elementos Artis logico-criticae*» (MARIANA AMÉLIA MACHADO SANTOS, *Verney contra Genovezi. Apontamentos para o estudo do "De re logica"*, Coimbra Editora, Coimbra 1939, p. 70).

que temos notícia é de 1773, e foi impressa em Coimbra³⁹; enquanto a primeira tradução em português - não publicada - das *Lezioni di Commercio* é atribuída por Francisco Vaz a um manuscrito dos anos Noventa⁴⁰. Verney acaba os seus dias em Roma; o ambiente romano possibilitou-lhe continuar as suas cogitações, enquanto as reflexões filosófico-pedagógicas de Genovesi e suas reformulações do papel civil da instrução, pensadas numa nova relação entre sociedade e igreja, eram aí recebidas com grande hostilidade. De resto, Genovesi, na já citada obra *Lezioni di Commercio*, tinha manifestado apreço pelas políticas pombalinas do ensino⁴¹.

4. Os italianos em Lisboa: presenças e marcas na cidade

Temos visto como a cultura desenvolve um papel relevante na aproximação entre as sociedades portuguesa e italiana no curso do século XVIII. É evidente também como, ao lado de tais relações, se mantenham conexões de carácter económico e político, que serão destinadas a crescer com o passar das décadas, até encontrar novo vigor na primeira metade do século XIX, quando a presença italiana em Portugal apresenta-se muito reforçada⁴². Naqueles anos a influência cultural italiana no país é uma realidade bem sólida, e manifesta-se sobretudo no campo teatral: a ópera é o mais procurado espectáculo nas salas dos teatros lisboetas, que traz a Portugal os maiores artistas da altura, conseguindo também avivar uma certa economia em torno deste sector.

É precisamente nos anos 30 de Setecentos que a ópera italiana é introduzida em Portugal, de maneira particular graças à presença em Lisboa, a partir daqueles anos, da companhia de Alessandro Paghetti, que em 1735 se instala na Academia da Trindade⁴³ - lugar que, evidentemente, podemos considerar como a primeira casa da ópera italiana em Lisboa. É de aqui que partimos para um *excursus* final sobre a comunidade italiana presente na capital neste século, tentando traçar um perfil geral deste grupo populacional mediante breves referências biográficas aos seus membros mais emblemáticos. Ou seja, vamos tentar definir uma biografia colectiva para a partir de personalidades ou, como tem defendido Ana Leal de Faria, «a partir do singular, fazer do singular plural»⁴⁴. E vamos fazê-lo abrindo desde já um parêntesis para lembrar o legado não só artístico, mas também antroponímico e genealógico que estas famílias de artistas que começam a chegar em Portugal deixarão no país. Mesmo a partir dos Paghetti, desde que o apelido Paquete, ainda hoje em uso no país, descende daquela importante presença setecentista, que

³⁹ *Institutiones logicae et metaphysicae in usum tironum scriptae*, Conimbricae, ex Architypographia Academico-Regia, 1773. A primeira edição em língua portuguesa desta mesma obra que podemos averiguar é de 1787, com tradução e notas de Guilherme Coelho Ferreira: *Instituições Lógicas escritas para uzo da Mocidade*, Lisboa, na Offic. Patr. De Francisco Luiz Ameno.

⁴⁰ Cf. VAZ, *A difusão*, cit., p. 564.

⁴¹ «La Corte del Portogallo ha obbligato tutti i sacerdoti regolari ad aiutare i parroci nel Catechismo. E affine che la disciplina fosse unisona (perché niente più rovina il costume, quanto la diversità de' Catechismi) ha fatto tradurre il Catechismo Francese di Francesco Pouget Padre del Oratorio, chiamato più volgarmente il Catechismo di Colbert, e di Mompelie, e prescrittolo come regola generale a tutti gli educatori cristiani. I Portoghesi prendon tutte le vie per essere la più savia delle Nazioni Europee», Antonio Genovesi, *Lezioni di Commercio o sai d'Economia civile*, Il parte, Spese Remondini, Venezia 1769, p. 127 (*apud* VAZ, *A difusão*, cit., pp. 570-571).

⁴² A este respeito, veja-se CARMINE CASSINO, «Lisboa dos Italianos»: *Presença Italiana e Práticas de Nacionalidade nos Primeiros Trinta Anos do Século XIX*, em «Cadernos do Arquivo Municipal», 2a Série, vol. III - Lisboa na encruzilhada de povos e culturas, Janeiro-Junho de 2015, pp. 221-227.

⁴³ SASPORTES, *Trajectória da dança*, cit., p. 35.

⁴⁴ ANA LEAL DE FARIA, *Arquitectos da Paz. A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815*, Tribuna, Lisboa 2008, p. 27.

grande época de cultura musical abriu na capital, deixando uma das marcas mais poderosas da evocada “italianização”, sobre a qual estamos a reflectir.

A comédia e o melodrama tornam-se, assim, um entretenimento cidadão muito difundido entre as várias camadas da sociedade. Trata-se de modalidades que chegam a ultrapassar a popularidade das próprias touradas, as quais são mais próximas do gosto do povo miúdo, mas que se encontram em (aclarada) crise na segunda metade do século. Pelo contrário, aquelas manifestações culturais representam a diversão domingal, que se abriga em vários teatros da urbe, onde os “castrati” dão o melhor da sua versatilidade, enquanto a participação das mulheres, quer no espectáculo quer na plateia, é muito reduzida, embora ainda não esteja proibida (o que acontecerá concretamente com o alento moralizador do reinado de D. Maria I, que deste modo golpeará a ópera italiana, em vários meios considerada perigosa pela difusão de maus costumes entre a população). O próprio Marquês de Pombal terá que tomar conta duma das mais destacadas figuras femininas, a cantora italiana Anna Zamperini, grande animadora da “sociabilidade italiana” nos ambientes aristocratas de Lisboa e até inspiradora das modas da altura. A artista veneziana, chegada em Portugal em 1772, envolveu-se desde logo numa relação amorosa com o filho de Pombal, Henrique. O jovem, totalmente deslumbrado pela sensualidade desta mulher cortejada por numerosos admiradores, foi levado por ela a gastos excessivos mesmo tendo em conta o ingente património da sua família, obrigando assim o pai, uma vez descoberta a relação (1774), a ordenar a imediata expulsão do país da atrevida *femme fatale*⁴⁵. O afastamento não lhe retirou o lugar que ainda hoje lhe compete na cultura dos costumes lusitanos: de facto, a definição à *zamparina* corresponde à forma de usar chapéu ligeiramente inclinado para a frente, cobrindo um pouco a orelha direita, uma forma inusitada no século XVIII, quando foi introduzida pela própria Anna Zamperini, com suas modas e modos muito arrojados para a época.

Sempre no que diz respeito à crescente importância do teatro na vida social urbana, Eduardo Freyre de Oliveira recorda nos *Elementos* como em 1771 fosse constituída uma sociedade de gestão, intitulada “Instituição Estabelecida para a Substituição dos Theatros Públicos”, organizada por homens de negócio da praça de Lisboa, entre os quais alguns italianos. Citando o que reporta Oliveira, a associação foi formada tendo em vista «o grande esplendor e utilidade que resulta a todas as nações do estabelecimento dos theatros públicos, por serem estes, quando são bem regulados, escola onde os povos aprendem as máximas sãs da política, da moral, do amor da pátria, do valor, do zelo e da fidelidade com que devem servir os seus soberanos»⁴⁶. A sociedade, que era administrada por quatro directores eleitos, anualmente, pelos sócios em presença do presidente do senado da câmara (este último, como lembra Oliveira, «gozava da regalia de um camarote, gratuitamente») teve entre os seus primeiros directores um italiano, Giuseppe Galli que, em consequência do seu relevante cargo, em 1773 encontrou-se na condição de controlar dois importantes teatros cidadãos: o do Salitre e o da rua dos Condes, este último famoso por ter sido palco da atuação de Ana Zamperini.

Com a subida ao trono de D. José I (1750), mantém-se vivo o interesse pelos modelos musicais italianos, aprofundando-se o gosto pela a ópera, para além da música sacra que muito tinha fascinado D. João V e que tinha sido a única passível de actuação

⁴⁵ Cf. ARILDA INÉS MIRANDA RIBEIRO, *Vestígios da educação feminina no século XVIII em Portugal*, Arte&Ciência, São Paulo 2002, pp. 104-111.

⁴⁶ EDUARDO FREIRE DE OLIVEIRA, *Elementos para a história do município de Lisboa*, 17 tomos, Typographia Universal, Lisboa 1882-1911, vol. XVII (1911), p. 401n. e 402n.

pública no período da doença do rei (em 1742 tinha sofrido um ataque de paralisia)⁴⁷. Tinha sido este último a contratar os grandes nomes da altura, como o napolitano Domenico Scarlatti, cuja importância como autor e educador dos infantes reais está aclarada até na literatura de língua portuguesa⁴⁸. É já com D. José I que chega outro napolitano, David Perez, compositor de músicas para ópera, que trabalha em Lisboa entre 1752 e 1778, ano da sua morte. Perez (cujo antropónimo evidencia a raiz hispano-napolitana) foi director do teatro da Ópera do Tejo, sendo autor da obra *Alessandro nell'Indie*, que inaugurou em Abril de 1755 as actividades de um espaço herdado das derradeiras vontades de lazer de Dom João V. O edifício foi destruído pelo terramoto pouco tempo depois⁴⁹. Contudo, este lugar fugaz assinala o triunfo da arte musical italiana em Portugal, tornando-se desde logo centro da ópera na cidade⁵⁰. Perez fixa-se em Lisboa, adquirindo alguma popularidade, também acompanhando a primeira formação, no âmbito musical, da célebre cantora lírica Luísa Todi (de seu nome Luísa Rosa de Aguiar). Aliás, a sua relação próxima com a corte real é testemunhada pela sua presença na cena do tecto pintado em *trompe l'oeil* (de autoria dum outro italiano, Giovanni Berardi) da Sala dos Embaixadores do palácio de Queluz, onde a família real é representada num sarau musical acompanhado por várias figuras, entre as quais, a do músico napolitano⁵¹.

Como é sabido, o teatro não é só vozes e vultos sobre um palco. O espectáculo é representação final dum grande trabalho de bastidores: é nesta dimensão do “atrás” que se move, ontem como hoje, uma multidão de mestres e artesãos das artes plásticas, cujo trabalho serve para desenhar fantásticas coreografias ou para decorar o espaço físico em que a grande arte da ópera italiana é representada. Na segunda metade de Setecentos há um “exército” de italianos também neste sentido: carpinteiros, marceneiros, decoradores, pintores, estucadores, que vinham a Portugal para suprir a falta *in loco* de mão-de-obra especializada⁵². Como estamos a falar dum “exército”, seria impossível nomear a todos. Mas com certeza, não podemos tacitar nomes que têm ganhado realce na história das artes plásticas, antes em Itália e depois em Portugal. É este o caso da família dos Galli Bibiena, que se destaca como fundadora duma grande escola de arquitectura e cenografia em Bolonha, influenciando toda a arte decorativa e de aparato em toda a Europa. Os estudos (entre outros) de Isabel Mayer Godinho Mendonça têm reconstruído a trajectória do arquitecto Giovanni Carlo Sicinio Galli Bibiena, que pertencia já à terceira geração daquela família, e que em 1752 foi contratado por Dom José I para os trabalhos do já citado teatro do Tejo, que se localizava junto da Ribeira das Naus, ao lado do Paço da Ribeira⁵³. João Pereira Dias, num estudo (já antigo) concernente aos cenógrafos italianos em Portugal, sublinhava como «o novo teatro, inaugurado em 2 de Abril de 1755 e destruído pelo terramoto do dia 1 de Novembro do mesmo ano, excedia em grandeza e sumptuosidade os mais famosos da Europa; e os

⁴⁷ Cf. ISABEL MAYER GODINHO MENDONÇA, *Os teatros régios portugueses em vésperas do terramoto de 1755*, sep. de «Brotéria», n. 157, 2003, p. 24.

⁴⁸ A figura de Domenico Scarlatti faz parte daquele plural fresco setecentista que é *Memorial do Convento* (1982) de José Saramago. Scarlatti trabalha em Lisboa entre 1721 e 1728.

⁴⁹ Cf. JOSÉ AUGUSTO FRANÇA, *Lisboa. História física e moral*, Livros Horizonte, Lisboa 2008, p. 55.

⁵⁰ Cf. GIUSEPPE CARLO ROSSI, *A literatura italiana e as literaturas de língua portuguesa*, Livraria Telos, Porto 1973, p. 109.

⁵¹ Cf. FRANÇA, *Lisboa*, cit., p. 290.

⁵² Cf. MENDONÇA, *Os teatros*, cit., pp. 28-29.

⁵³ Cf. *Ibidem*, *passim*. Veja-se também MARIA ALICE BEAUMONT, MARIA DA TRINIDADE MEXIA ALVES (sob organização de), *Desenhos dos Galli Bibiena. Arquitectura e Cenografia*, Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa 1987.

cenários, de que podemos formar juízo pelas gravuras que ilustram os libretos então publicados, causaram o deslumbramento dos espectadores»⁵⁴. João Carlos Bibiena, que trouxe consigo uma equipa de vários artistas italianos a fim de ajudarem nas numerosas encomendas reais, morre em Portugal em 1760, ligando de forma definitiva o seu nome e a sua figura de artista ao solo lusitano.

No campo da arquitectura, que tem produzido muitos pontos de encontro entre as duas culturas, podemos recuperar o nome de Vincenzo Mazzoneschi, romano, que soube ligar a sua memória às duas principais realidades urbanas portuguesas. Em 1787 é chamado para trabalhar no Teatro da rua dos Condes, todavia não resta notícia de qualquer trabalho seu naquele teatro. Colabora na pintura dos cenários para a ópera de estreia do Teatro de São Carlos, em 1793, antes de se deslocar para o Porto, onde dirige a construção do Teatro de São João. Após a Inauguração deste em 1798, volta para a Capital, onde continuará a pintar cenografias para o Teatro de São Carlos até 1806. Morre em Lisboa um ano depois, completamente cego⁵⁵.

Por sua parte, o arquitecto bolonhês Francesco Saverio Fabri terá notável papel em Lisboa a partir de finais de Setecentos, onde é chamado a trabalhar sob protecção dos marqueses de Castelos Melhor. Este último dirige-se ao primeiro, após ter alcançado alguma fama durante a sua intensa actividade no Algarve, aonde chega pela primeira vez em 1790, chamado pelo bispo de Faro, Francisco Gomes de Avelar⁵⁶. Depois de ter trabalhado por algum tempo nesta região, intervindo na remodelação dos edifícios religiosos e civis com o seu profundo gosto neoclássico, no ano de 1794 move-se para Lisboa, onde consegue inserir-se na sociedade citadina, graças às boas referências do bispo, seu mentor em terra lusitana - já em 1795, é nomeado arquitecto das obras públicas. Como dizíamos, coloca-se sob a protecção dos marqueses de Castelos Melhor, os quais mandam-no trabalhar na reestruturação integral do palácio desta família, o imponente palácio Foz, situado no então Passeio Público (e na actual praça dos Restauradores, largo que antecede o início da Avenida da Liberdade). Ainda hoje a sua marca é bem visível na implantação urbana da cidade, onde nestes anos trabalha intensamente: testemunhos desta frenética actividade são o cemitério de Campo de Ourique (que projecta em 1796) e o Hospital da Marinha no campo de Santa Clara (trata-se da grande construção de cor amarela que fica do lado sul desta zona, famosa por abrigar a Feira da Ladra). O prédio, inaugurado em 1797, é o resultado da articulada intervenção de reestruturação de um antigo colégio jesuíta⁵⁷. A ele se devem, um ano depois (1798), os primeiros trabalhos de escavação arqueológica na área do teatro romano. Em 1802, após ter sido aceite o seu projecto para a construção do novo Palácio real na área da Ajuda (em substituição do palácio em madeira), é nomeado pelo príncipe regente arquitecto do palácio real, juntamente com Costa Silva. O arquitecto italiano mantém este cargo também após a invasão francesa de 1807 e a fuga da família real para o Brasil, onde se refugiará também Costa Silva alguns anos antes. Assim, permanecendo sozinho em Lisboa, Fabri torna-se arquitecto único do palácio da

⁵⁴ JOÃO PEREIRA DIAS, *Cenógrafos italianos em Portugal*, em «Estudos Italianos em Portugal», vol. IV (1941), p. 48.

⁵⁵ *Ivi*, p. 50.

⁵⁶ Sobre Fabri, veja-se: GIOVANNI RIMONDINI, LUIGI SAMOGGIA, *Francesco Saverio Fabri. Formazione e opera in Italia e Portogallo*, Comitato Ricerche Storiche Medicinesi, Medicina 1979. Os autores desta obra citam também notícias do Fabri presentes em C. VOLKMAR MACHADO, *Collecção de Memórias*, [s.n.], Lisboa 1823, p. 229.

⁵⁷ FRANÇA, *Lisboa*, cit., p. 467.

Ajuda até 1817, ano em que morre, sendo sepultado na paroquial de Santos-o-Velho, bairro onde morava.

Outro campo de recepção dos italianos em Lisboa (e no país inteiro) é o da ciência, como referíamos na parte preliminar deste estudo. Na época pombalina, a reorganização do ensino académico e a abertura do Colégio dos Nobres (situado nos estabelecimentos do actual Museu de História Natural e da Ciência, na rua da Escola Politécnica, entre a praça do Príncipe Real e o Rato) trazem a Portugal apelidos que se tornam parte não só da sociedade lusitana, mas da sua própria genealogia (assim como acontece com os artistas): Vandelli, Portelli, Dalla Bella, Franzini, só para indicar os mais famosos. O legado genealógico pode-se, por exemplo, identificar-se na linhagem de Michele Franzini, que leccionou quer no Colégio dos Nobres, quer na Universidade de Coimbra e na Academia Real da Marinha. Seu filho será Marino Miguel Franzini, matemático, deputado nas Cortes constituintes de 1821-1822 e depois nas ordinárias de 1822-1823. A de Michele Franzini foi uma personalidade ao mesmo tempo sociável e inquieta, como ressalta o brasileiro Arlindo Camilo Monteiro mediante o estudo da correspondência entre ele e outro cientista italiano, Domenico Vandelli⁵⁸. Mas foi também uma figura muito respeitada e influente, que devido ao seu empenho na Faculdade de Matemática viabilizou não só a formação do filho dele, mas também a carreira de Marino Miguel na Marinha, na qualidade de oficial da Armada. De facto, como explica António Ventura, a Faculdade de Matemática (instituída com a reforma pombalina de 1772) «contribuiu para a formação de futuros militares, em especial de engenharia e da artilharia. Os estudos ali feitos foram considerados equivalentes aos estudos nas academias militares para efeito de admissão no corpo de engenheiros»⁵⁹.

Já temos salientado como a presença dos italianos em Lisboa é uma presença muito diferenciada, que abrange também o mundo dos serviços e do comércio: por exemplo, nos *Elementos para a história do município de Lisboa* de Eduardo Freire de Oliveira encontramos numerosos documentos que atestam, nesta época, o dinamismo dos comerciantes florentinos na venda do trigo que se realiza no Terreiro do Paço. Trata-se de trigo que importam do estrangeiro e que vendem a retalho⁶⁰. Outros documentos atestam a luta desta categoria contra as autoridades, para se ver reconhecido o direito a venda de cereais também fora do Terreiro, em regime de contratação livre, como acontecia com a nação inglesa. Muito activos eram, obviamente, os genoveses, desde longe a componente mais numerosa dos italianos em Lisboa. Eles comerciavam de maneira tão intensa que em 1774 o superintendente geral dos contrabandos, Diogo Ignácio de Pina Manique, na sua estatística oficial do movimento comercial de Portugal com as nações estrangeiras, notava que só de Génova se importavam mercadorias para quase 300.000 reais, e se exportavam para

⁵⁸ «A breve correspondência do Dr. Miguel Franzini revela fino espírito de inalterável bom humor, alimentando nas inexauríveis fontes da cultura clássica, e com que saber, até mesmo nas horas da adversidade, como nas da Pátria invadida [Itália] e subjugada, comentar as figuras transitórias e os acontecimentos (...) a pena traça, com espontaneidade aspectos flagrantes, de período agitado das lutas e perturbações políticas da Europa e de que Portugal e a Espanha foram cenário sangrento» (ARLINDO CAMILO MONTEIRO, *Aspectos históricos da vida portuguesa, os Professores Doutores Miguel Franzini e Domingos Vandelli da Universidade de Coimbra, através de alguns inquéritos do Arquivo Nacional do Brasil*, em «Revista do Arquivo Municipal», vol. CXXIV, Abril-Maio 1949, pp. 73-137; citado em MARIA FÁTIMA NUNES, *O Liberalismo português. Ideários e ciências. O universo de Marino Miguel Franzini [1800-1860]*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa 1988, p. 23).

⁵⁹ Cf. ANTÓNIO VENTURA, *Os militares na sociedade portuguesa contemporânea*, em «Revista Militar», nº 2531, 2012, pp. 1169-1176.

⁶⁰ EDUARDO FREIRE DE OLIVEIRA, *Elementos*, cit., vol. XIV, p. 50n.

500.000 reais; ultrapassando assim, quer para as importações que para as exportações, o valor total de todos os produtos importados e exportados para os outros portos italianos⁶¹.

Concluimos esta nossa contribuição com uma rápida referência à religião. Lisboa é, em Setecentos, habitada por muito clero de origem italiana, ligado às actividades diplomáticas ou missionárias do Papado. Desde 1739 são presentes na cidade os monges franciscanos, chamados de Barbadinhos italianos, instalados na zona de Santa Engrácia (numa estrutura, situada no meio de um alto, atrás do antigo convento de Santa Apolónia, hoje estação ferroviária; actualmente, parte do convento tem sido transformada em complexo residencial, enquanto se mantém a igreja, assim como o nome da calçada para chegar aí). A identificação do carácter de italianidade realizava-se, assim, através do elemento religioso: os Barbadinhos são identificados como “italianos”, embora cheguem de várias partes da península, e apesar de reconhecerem como sua autoridade temporal o papado, na altura uma instituição estadual a par das outras realidades pré-unitárias.

O centro da italianidade lisboeta continua a ser, porém, a Igreja de Nossa Senhora do Loreto, também conhecida como “Igreja dos Italianos”. É este o templo de reunião da “nação italiana”, definição que, na sua reiteração ao longo dos séculos, adquire regularidade, perfilando-se como elemento linguístico-identitário.⁶² Em Setecentos, quem tem nascimento na Península Itálica ou tenha origem familiares nela é, para todos os efeitos, membro da “nação italiana”. O exemplo que trazemos serviu para sugerir o título desta nossa contribuição. De facto, em 1751, na *Noticia do aparato, e magnificas disposicoens, que para as solemnes exequias de Sua Magestade[...] Dom João V, celebrou na sua Igreja de Nossa Senhora do Loreto, Pela nação italiana, residente em Lisboa*, lê-se: «receba entretanto gratamente aquela grande Alma este ténue limitado obséquio, que lhe tributa a Nação Italiana, que da generosa índole, e magnanimidade do seu Augusto Sucessor reinante, espera aquela mesma protecção, que sempre gozou nos seus felicíssimos Estados, e pela qual conservará perpetuamente a gratidão mais activa, e mais constante». Mas já dez anos antes, a prensa periódica dava notícias desta “inclusão” (urbana - porque naquela altura a urbanização tinha ultrapassado a antiga muralha - e social) desta comunidade, como se pode ler nas páginas da «Gazeta de Lisboa». Esta era uma folha que prestava muita atenção aos acontecimentos da Península Itálica, e uma das suas sessões noticiosas andava mesmo sob o título de Itália. Isso demonstrava um certo cuidado (e também reconhecimento) para com a identidade geográfica e cultural que se dava à península inteira; um cuidado que se reverberava no corpo italiano presente na cidade. De facto, a 10 de Julho de 1742, em ocasião da doença que atingiu D. João V, refere-se como «pela reconhecida melhoria de Nossa Majestade, se cantou o *Te Deum* solenemente na Santa Igreja Patriarcal, e em todas as mais igrejas, e Conventos desta Cidade; distinguindo-se muito nesta pia retribuição de Graças a Nação Italiana, que na Igreja de Nossa Senhora do Loreto fez este acto com toda a magnificência, e solenidade»⁶³. Isto é, tratava-se de uma comunidade que goza do reconhecimento público pela sociedade lusitana, e que ao mesmo tempo desenvolvia um importante papel aglutinador entre os vários grupos regionais que provinham da Península Itálica e que residiam em Lisboa.

⁶¹ *Colleção de Leis da Dívida Pública Portuguesa*, I parte, Lisboa 1888, p. 387.

⁶² Para um enquadramento teórico e filológico deste conceito, remetemos novamente para CARMINE CASSINO, *Lisboa dos Italianos*, cit., pp. 214-217.

⁶³ OLIVEIRA, *Elementos*, cit., vol. XIV, p. 50n.

De facto, como lembra também Prospero Peragallo (entre os primeiros estudiosos da “italianidade” de Lisboa), particularmente em ocasião da reconstrução do templo após este ter ruído com o terramoto de 1755 (mas como já tinha ocorrido com o incêndio de 1651) o concurso dos vários italianos na reconstrução foi geral e decisivo («tutti senza eccezione i residenti italiani, a qualunque stato politico allora appartenessero, vi presero parte»)⁶⁴, enquanto somente os Venezianos tinham levantado algumas exceções, ditadas pela antiga rivalidade para com os Genoveses, de facto o grupo mais numeroso, potente e influente entre os Italianos à beira do Tejo⁶⁵.

5. Considerações finais

Como vimos, o século XVIII delinea-se como um interessantíssimo quadro de conjunto das relações culturais, políticas e económicas entre Portugal e a Península Itálica, onde chamam particular atenção as correspondências luso-napolitanas. Dentro deste quadro, é possível analisar o contexto da comunidade italiana em Portugal, e mais especificamente em Lisboa. No espaço urbano da capital o dinamismo dos italianos revela-se em toda a sua nitidez, sobretudo na segunda metade do século, devido às tendências culturais peninsulares que se vão progressivamente afirmando. Isto é, podemos defender que o âmbito cultural (em diferentes declinações, como a filosófica ou a artística) é, juntamente com o religioso (que mantinha uma sua constância ao longo dos séculos), aquele onde se desvenda a relação de proximidade entre a sociedade portuguesa e as diferentes realidades que constituíam a Península Itálica naquela altura (e antes da sua unificação política, que só ocorre em 1861). Realidades, estas últimas, que fazem mesmo de Portugal um ponto de encontro onde gradualmente se fundem num corpo único.

Ao lado desta vertente, é possível analisar quer as relações luso-italianas da altura, quer a presença de uma comunidade peninsular em Lisboa mediante as relações económicas e comerciais, que guardam uma dimensão importante pelo menos até meados do século XIX. Após a unificação política da Península Italiana e o consequente (e ingente) fluxo migratório para as Américas, as ligações comerciais e sociais (movimentação de homens e mercadorias) entre as duas realidades irão ao encontro de algum declino, mas esta é uma parte da história que deve ser ainda bem estudada e, de consequência, ainda bem escrita.

⁶⁴ Cf. PROSPERO PERAGALLO, *Cenni intorno alla colonia italiana in Portogallo nei secoli XIV, XV e XVI*, nuova ed. (1904), Ved. Papini e figli, Genova 1907, pp. 15-16.

⁶⁵ Como refere Vincenzo Marchesi em *Le relazioni tra la repubblica Veneta ed il Portogallo, dall'anno 1522 al 1797* (Visentini, Venezia 1887, citado por PERAGALLO, *Cenni*, cit.), em meados do século XVIII o cônsul véneto empenhou-se para dispensar os seus compatriotas da contribuição financeira que os vários grupos de italianos reconheciam à instituição religiosa, em razão de esta ter sido fabricada pelos Genoveses, «per uso dell'intera nazione».